

A PRÁXIS DO PNAE E O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

THE PRAXIS OF THE PNAE AND THE CHALLENGE OF SUSTAINABILITY

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde • 08/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791435340](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791435340)

Rosani Pereira Ferrari

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui uma das principais políticas públicas brasileiras relacionadas à alimentação e à segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar. Este relato de experiência analisa a sustentabilidade presente no PNAE a partir das dimensões social, econômica e ambiental, considerando as diretrizes do programa e as contradições observadas em sua execução cotidiana. A análise parte da experiência de acompanhamento da política e busca discutir de que maneira a alimentação escolar pode contribuir para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, para a valorização da agricultura familiar e para a adoção de práticas alimentares mais sustentáveis. O relato evidencia que a sustentabilidade social está relacionada à oferta de alimentação adequada aos estudantes; a dimensão econômica envolve a aquisição de produtos da agricultura familiar e a dinamização das economias locais; e a dimensão ambiental relaciona-se à valorização de alimentos in natura, à sazonalidade e à diversificação agrícola. Entretanto, a experiência também evidencia tensões entre as metas institucionais e as condições financeiras de execução, especialmente diante do aumento dos custos dos alimentos. Conclui-se que a sustentabilidade do PNAE depende da articulação entre planejamento, financiamento, gestão, agricultura familiar, educação alimentar e monitoramento contínuo.

Palavras-chave: PNAE; Alimentação Escolar; Sustentabilidade; Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The National School Feeding Program (PNAE) is one of the main Brazilian public policies related to food and nutrition security in the school environment. This experience report analyzes the

sustainability embedded in the PNAE from social, economic, and environmental dimensions, considering the program's guidelines and contradictions observed in its daily implementation. The analysis is based on the experience of monitoring the policy and discusses how school feeding can contribute to the Human Right to Adequate Food, the appreciation of family farming, and the adoption of more sustainable food practices. The report shows that social sustainability is related to providing adequate food to students; the economic dimension involves purchasing products from family farmers and strengthening local economies; and the environmental dimension is associated with valuing fresh foods, seasonality, and agricultural diversification. However, the experience also reveals tensions between institutional goals and the financial conditions for implementation, especially in the context of rising food costs. It is concluded that the sustainability of the PNAE depends on the articulation of planning, financing, management, family farming, food and nutrition education, and continuous monitoring.

Keywords: PNAE; School Feeding; Sustainability; Food And Nutrition Security; Family Farming.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apresenta uma trajetória consolidada como política pública brasileira voltada à alimentação dos estudantes da educação básica. Atualmente, o programa é regulamentado pela Lei nº 11.947/2009 e pela Resolução CD/FNDE nº 6/2020 e suas alterações. O programa tem entre seus objetivos contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis.

A alimentação escolar, nesse contexto, não deve ser compreendida apenas como fornecimento de refeições. A política articula alimentação, saúde, educação, cultura, produção de alimentos e desenvolvimento local. A regulamentação estabelece diretrizes para alimentação saudável e adequada, educação alimentar e nutricional, participação social e apoio ao desenvolvimento sustentável.

Essa concepção amplia a responsabilidade dos gestores, nutricionistas, agricultores familiares, trabalhadores da alimentação escolar, conselhos de alimentação escolar e demais sujeitos envolvidos na execução do programa. O planejamento dos cardápios, a seleção dos alimentos, a organização das compras, o armazenamento, o preparo e a distribuição das refeições formam uma cadeia de decisões que interfere diretamente na qualidade da alimentação oferecida.

A sustentabilidade, portanto, aparece como elemento transversal. No campo social, relaciona-se ao acesso regular a uma alimentação adequada; no campo econômico, à capacidade de movimentar a produção local e gerar renda; e no campo ambiental, à valorização de sistemas alimentares que considerem a sazonalidade, a diversidade produtiva e a redução de impactos.

Um dos mecanismos mais expressivos dessa articulação é a aquisição de alimentos da agricultura familiar. A legislação estabelece a aplicação mínima de 30% dos recursos federais do PNAE na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que relaciona alimentação escolar e desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Estudos recentes demonstram que a operacionalização dessa compra envolve desafios de gestão, governança, disponibilidade de alimentos, logística e organização dos agricultores. Esses aspectos são particularmente relevantes para compreender as dificuldades encontradas no cotidiano da execução do programa.

Diante desse contexto, o problema que orienta este relato é a existência de uma distância entre os princípios de sustentabilidade incorporados ao PNAE e as condições concretas de sua execução, especialmente quando limitações financeiras dificultam a manutenção de cardápios diversificados e nutricionalmente adequados.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar, a partir de um relato de experiência, a sustentabilidade implícita no PNAE, articulando suas dimensões social, econômica e ambiental às contradições observadas na execução da política pública. Busca-se ainda discutir os desafios da gestão da alimentação escolar e a importância do financiamento, da agricultura familiar e do monitoramento para a efetivação das diretrizes do programa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O PNAE constitui uma política pública voltada ao atendimento da alimentação escolar dos estudantes da educação básica. Sua consolidação institucional ampliou a compreensão da alimentação escolar como parte das ações de promoção da saúde, do desenvolvimento e da segurança alimentar e nutricional.

Segundo o FNDE, o cardápio é instrumento fundamental para assegurar uma alimentação saudável e adequada e deve ser elaborado pelo nutricionista responsável técnico, considerando

necessidades nutricionais, hábitos alimentares, cultura local, sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região.

Essa orientação mostra que o trabalho do nutricionista no PNAE ultrapassa a elaboração técnica do cardápio. Envolve planejamento, acompanhamento da execução, avaliação, articulação com fornecedores e trabalhadores da alimentação escolar e diálogo com os demais atores da comunidade.

A alimentação também possui dimensão pedagógica. A escola constitui espaço privilegiado para a formação de hábitos e para a educação alimentar e nutricional. Assim, a oferta de alimentos saudáveis pode ser acompanhada de ações educativas capazes de aproximar os estudantes da produção de alimentos, da cultura alimentar local e da discussão sobre sustentabilidade.

Na trajetória do PNAE, observa-se a transformação progressiva de uma política centrada na oferta de alimentação em uma política de maior abrangência social e nutricional. Essa trajetória ajuda a compreender por que sua execução atual envolve objetivos que ultrapassam a dimensão assistencial.

2.1. Sustentabilidade e Alimentação Escolar

A sustentabilidade aplicada aos sistemas alimentares envolve relações entre produção, distribuição, consumo, saúde, economia e ambiente. No PNAE, essas relações tornam-se concretas no cotidiano das escolas, pois as escolhas realizadas na compra e no preparo dos alimentos produzem efeitos que alcançam estudantes, agricultores, famílias e territórios.

A dimensão social pode ser observada na universalidade do atendimento e na garantia da alimentação escolar como direito. A dimensão econômica está associada à utilização dos recursos públicos para aquisição de alimentos e ao fortalecimento de cadeias produtivas locais. Já a dimensão ambiental pode ser relacionada à diversificação da produção, ao consumo de alimentos in natura ou minimamente processados e à valorização de alimentos sazonais.

As normas do programa incorporam orientações relacionadas à alimentação saudável, à segurança alimentar e nutricional e ao desenvolvimento sustentável. O incentivo à aquisição de alimentos diversificados e produzidos localmente demonstra que a sustentabilidade não é componente isolado, mas princípio que pode orientar a própria organização da alimentação escolar.

Em experiências de diferentes regiões, a aproximação entre produção familiar, práticas sustentáveis e ambiente escolar aparece como oportunidade para integrar sistemas produtivos, educação alimentar e formação de hábitos saudáveis.

Desse modo, a sustentabilidade do PNAE deve ser compreendida de maneira integrada, considerando as relações entre o alimento, o território, as pessoas e os recursos empregados para garantir a alimentação escolar.

2.2. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local

A agricultura familiar ocupa posição estratégica no PNAE porque conecta a política de alimentação escolar ao território onde os estudantes vivem. A compra local pode favorecer a circulação de recursos no próprio município ou região, aproximar produtores e consumidores e valorizar alimentos vinculados à cultura alimentar.

A legislação estabeleceu a referência mínima de 30% dos recursos federais destinados ao PNAE para aquisição direta da agricultura familiar. Essa regra transformou o programa em importante mercado institucional para agricultores familiares e criou possibilidade de integração entre produção e consumo no território.

Documentos técnicos do FNDE relacionam a priorização de produtores locais à aquisição de alimentos mais frescos, à geração de renda, ao fortalecimento da economia local e à facilitação da logística de entrega.

Apesar das potencialidades, a compra pública de alimentos da agricultura familiar envolve desafios. A literatura registra dificuldades relacionadas à organização dos agricultores, à disponibilidade e regularidade dos produtos, à gestão dos processos de compra e à articulação entre demanda escolar e capacidade produtiva.

Desse modo, a aquisição de alimentos da agricultura familiar pode ser entendida como estratégia que articula segurança alimentar, desenvolvimento econômico e sustentabilidade territorial. Sua efetividade, entretanto, depende de planejamento, organização, assistência e capacidade de gestão.

3. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, construído a partir da vivência e da observação da execução do PNAE e de seus desafios relacionados à sustentabilidade. O relato toma como objeto a relação entre as diretrizes do programa e as condições concretas de implementação da alimentação escolar.

A análise foi organizada a partir de três dimensões: social, econômica e ambiental. Na dimensão social, foram consideradas questões relacionadas ao direito à alimentação adequada, à qualidade das refeições e ao desenvolvimento dos estudantes. Na dimensão econômica, foram observadas as relações entre recursos disponíveis, custos dos alimentos e aquisição da agricultura familiar. Na dimensão ambiental, foram considerados o incentivo aos alimentos in natura, a diversificação e a valorização da produção local.

O material de referência foi constituído pelo relato de experiência original, documentos normativos do PNAE e literatura relacionada à alimentação escolar, agricultura familiar e sustentabilidade. A legislação federal e os documentos do FNDE foram utilizados para contextualizar as diretrizes institucionais do programa. A literatura científica foi utilizada para discutir os desafios da aquisição da agricultura familiar e da gestão municipal.

Não foram realizados procedimentos experimentais, aplicação de questionários ou análise estatística. Dessa forma, os resultados apresentados não pretendem representar a totalidade dos municípios brasileiros, mas sistematizar uma experiência e discutir seus significados à luz das diretrizes e da literatura consultada.

A interpretação foi realizada por análise temática, agrupando os conteúdos em categorias relacionadas às dimensões da sustentabilidade e aos desafios de implementação. A escolha desse procedimento é compatível com a natureza do relato, que busca compreender situações vivenciadas e organizar reflexões sobre a prática.

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência relatada parte da observação do PNAE como uma política que precisa conciliar objetivos nutricionais, sociais, econômicos e ambientais. No cotidiano da gestão, a sustentabilidade não aparece como conceito abstrato: ela se manifesta nas decisões sobre o que comprar, de quem comprar, quanto comprar, como preparar e como garantir que a refeição chegue ao estudante com qualidade.

Na dimensão social, percebe-se que a alimentação escolar representa importante instrumento de garantia do acesso regular à alimentação durante o período letivo. A qualidade da refeição influencia não apenas o atendimento das necessidades nutricionais, mas também a relação do estudante com os alimentos, a aprendizagem e a formação de hábitos.

Na dimensão econômica, a aquisição da agricultura familiar representa uma possibilidade de direcionar parte dos recursos públicos para produtores locais. O recurso destinado à alimentação escolar, quando executado localmente, pode produzir efeitos que ultrapassam os muros da escola, contribuindo para a geração de renda e para a manutenção de atividades produtivas no território.

Na dimensão ambiental, a utilização de alimentos in natura e minimamente processados, respeitando sazonalidade e diversidade agrícola, apresenta potencial para aproximar a alimentação escolar de sistemas alimentares mais sustentáveis. Essa perspectiva é coerente com as orientações atuais do PNAE.

Entretanto, a experiência também revela uma contradição persistente: a existência de diretrizes amplas não elimina as

restrições encontradas no cotidiano. Em muitos contextos, o gestor precisa administrar recursos limitados diante de preços crescentes e de demandas nutricionais que exigem diversidade e qualidade.

O valor disponível para a aquisição de alimentos interfere diretamente na capacidade de manter determinadas escolhas no cardápio. Quando os custos aumentam, a gestão passa a enfrentar a necessidade de equilibrar quantidade, qualidade, variedade e disponibilidade financeira.

Essa tensão pode ser percebida especialmente no planejamento dos cardápios. Um cardápio construído a partir de recomendações nutricionais pode precisar ser ajustado em razão de preços, disponibilidade sazonal, dificuldades de fornecimento ou capacidade dos agricultores de atender à demanda.

A experiência mostra, portanto, que a sustentabilidade depende de condições materiais para ser efetivada. Não basta estabelecer a preferência por alimentos locais e da agricultura familiar; é necessário construir mecanismos de planejamento e financiamento que permitam que essas diretrizes sejam executadas de forma regular.

Outro aspecto observado é a importância da articulação entre os diferentes atores. O nutricionista responsável técnico possui papel central no planejamento e acompanhamento da alimentação escolar, mas a execução depende também de gestores, agricultores, fornecedores, trabalhadores da cozinha, professores, estudantes e controle social.

Assim, a experiência reforça a compreensão de que o PNAE constitui um sistema de relações. Uma alteração em uma etapa pode

repercutir nas demais. A dificuldade de fornecimento, por exemplo, pode afetar o cardápio; o aumento do preço pode reduzir a variedade; e a falta de planejamento pode comprometer a aquisição de produtos sazonais.

Essas observações conduzem a uma compreensão mais ampla da sustentabilidade: ela não deve ser reduzida à escolha de determinado alimento, mas analisada a partir de todo o processo que envolve produção, compra, transporte, armazenamento, preparo, consumo e educação.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relato evidencia que as três dimensões da sustentabilidade estão presentes de forma articulada no PNAE. A dimensão social manifesta-se no direito à alimentação e na promoção da saúde; a econômica, na utilização do poder de compra público para fortalecer a agricultura familiar; e a ambiental, na valorização de alimentos in natura, da sazonalidade e da diversidade produtiva.

Essas dimensões encontram respaldo nas normas do programa. A regulamentação estabelece o apoio ao desenvolvimento sustentável e incentiva a aquisição de alimentos diversificados, produzidos localmente e preferencialmente pela agricultura familiar.

A literatura científica ajuda a compreender, entretanto, que a existência de normas não elimina os desafios de implementação. Avaliações da gestão municipal mostram que o fomento à agricultura familiar depende de indicadores de gestão e de condições que permitam organizar adequadamente a aquisição.

Pesquisas também apontam que a aquisição da agricultura familiar envolve questões de governança e gestão, além da estabilidade e disponibilidade de alimentos. Esses resultados são relevantes para interpretar a experiência aqui apresentada, pois mostram que a sustentabilidade depende de uma estrutura de implementação e não apenas de uma determinação legal.

A relação entre agricultura familiar e sustentabilidade também aparece nos documentos técnicos do FNDE, que relacionam a priorização de produtores locais à aquisição de alimentos mais frescos, à geração de renda e à economia local e regional.

Outro resultado importante do relato é a centralidade do planejamento dos cardápios. As orientações oficiais indicam que os cardápios devem considerar alimentos in natura ou minimamente processados, necessidades nutricionais, hábitos e cultura alimentar, além da sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola regional.

Na prática, isso significa que o planejamento pode ser uma ferramenta de sustentabilidade. A escolha de alimentos sazonais pode favorecer disponibilidade e adequação ao território; a compra de produtos locais pode aproximar escola e agricultura; e a diversificação pode ampliar a variedade alimentar oferecida aos estudantes.

Contudo, o relato evidencia que o planejamento encontra limites quando os recursos financeiros não acompanham os objetivos estabelecidos. A alimentação escolar precisa atender simultaneamente a critérios nutricionais, sanitários, culturais,

administrativos e econômicos. A gestão, portanto, precisa tomar decisões em um cenário de múltiplas restrições.

A questão financeira deve ser analisada com cautela. O relato original identifica a insuficiência do valor per capita como um limitador crítico e registra situações em que gestores precisam escolher entre manter a diversidade nutricional desejada e adaptar as compras à realidade orçamentária.

Essa tensão não significa que as diretrizes do programa sejam incompatíveis com a realidade, mas indica a necessidade de acompanhamento permanente das condições de execução. O histórico do PNAE mostra que alterações normativas consideraram aspectos nutricionais, dados de aquisição, viabilidade de execução local, custo das refeições e controle social.

Desse modo, o financiamento deve ser compreendido em conjunto com gestão e planejamento. Recursos financeiros adequados são importantes, mas sua efetividade também depende da capacidade de planejar compras, organizar chamadas públicas, articular agricultores e adequar cardápios.

Outro resultado diz respeito à necessidade de integração entre políticas. O PNAE pode funcionar como elo entre educação, saúde, agricultura e desenvolvimento local. Quando a escola compra alimentos de produtores locais, o recurso público assume uma função que ultrapassa a alimentação e pode contribuir para fortalecer circuitos econômicos territoriais.

Também se destaca a importância da educação alimentar e nutricional. A oferta de alimentos saudáveis pode ser potencializada quando os estudantes compreendem a origem dos alimentos, a

importância da produção local e os efeitos de suas escolhas alimentares. Nesse sentido, o ambiente escolar pode atuar como espaço de formação para a sustentabilidade.

Os resultados da experiência indicam que a sustentabilidade do PNAE é processual. Ela depende da capacidade de articular normas, recursos, pessoas, território e práticas. A política possui mecanismos importantes, mas sua concretização requer coordenação entre os diferentes atores envolvidos.

Por fim, a experiência permite afirmar que o monitoramento deve considerar indicadores que ultrapassem o simples cumprimento formal da legislação. É relevante acompanhar a qualidade dos alimentos adquiridos, a participação da agricultura familiar, a variedade dos cardápios, a sazonalidade, os custos, as condições de preparo e a percepção dos envolvidos.

5.1. A Dimensão Social da Sustentabilidade

A dimensão social constitui o núcleo do PNAE, pois a política está diretamente relacionada ao direito dos estudantes à alimentação escolar. A oferta regular de refeições contribui para a segurança alimentar e nutricional e integra ações de promoção da saúde e educação.

A experiência evidencia que qualidade e quantidade não podem ser analisadas separadamente. Uma refeição precisa ser suficiente, adequada, segura e compatível com as necessidades dos estudantes. Ao mesmo tempo, deve respeitar hábitos culturais e favorecer a formação de práticas alimentares saudáveis.

O PNAE também possui dimensão de equidade, uma vez que atende estudantes da educação básica pública de diferentes contextos socioeconômicos e territoriais. A alimentação escolar, nesse sentido, constitui uma ação pública capaz de reduzir desigualdades relacionadas ao acesso à alimentação durante o período escolar.

5.2. A Dimensão Econômica da Sustentabilidade

A dimensão econômica aparece especialmente na relação entre compras públicas e agricultura familiar. O recurso destinado à alimentação escolar pode ser utilizado como instrumento de fortalecimento das economias locais, desde que existam produtores capazes de atender à demanda e processos de compra organizados.

A experiência mostra que a compra local exige planejamento. É necessário conhecer a produção disponível, os períodos de safra, a capacidade de entrega e os preços. A aproximação entre nutricionista, setor de compras, agricultores e gestão pode reduzir dificuldades e favorecer maior adequação entre demanda e oferta.

A literatura confirma que a compra institucional pode abrir oportunidades para novas cadeias de abastecimento locais, mas também evidencia desafios de gestão. Assim, a dimensão econômica da sustentabilidade depende tanto da regra de compra quanto da capacidade institucional de transformá-la em aquisição efetiva.

5.3. A Dimensão Ambiental da Sustentabilidade

A dimensão ambiental está relacionada às características dos alimentos adquiridos e ao modo como os sistemas alimentares são

organizados. A preferência por alimentos in natura ou minimamente processados, a valorização da produção local e a consideração da sazonalidade são elementos que podem contribuir para práticas alimentares mais sustentáveis.

As orientações do PNAE estabelecem que os cardápios considerem sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola regional. Essa orientação cria oportunidade para que a escola valorize produtos disponíveis no território e desenvolva ações educativas relacionadas à produção e ao consumo.

Entretanto, a dimensão ambiental precisa ser compreendida de maneira sistêmica. Questões como transporte, desperdício, armazenamento, aproveitamento integral dos alimentos e planejamento das quantidades também podem integrar uma agenda de sustentabilidade. O relato analisado não apresenta dados quantitativos sobre esses aspectos, razão pela qual são tratados como possibilidades de reflexão e não como resultados mensurados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência permite compreender que o PNAE possui características que favorecem uma abordagem integrada da sustentabilidade. A política articula alimentação, saúde, educação, agricultura familiar, economia local e aspectos ambientais, estabelecendo uma base institucional para práticas alimentares mais adequadas e sustentáveis.

A análise evidencia que a dimensão social está relacionada à garantia da alimentação escolar e à promoção da saúde e da aprendizagem; a dimensão econômica está associada ao fortalecimento da agricultura familiar e das economias locais; e a

dimensão ambiental está relacionada à valorização de alimentos in natura, da sazonalidade e da diversidade produtiva.

Também se evidencia que a efetivação dessas dimensões encontra desafios no cotidiano da gestão. A disponibilidade de recursos financeiros, os custos dos alimentos, a organização das compras, a capacidade de fornecimento da agricultura familiar e as condições de planejamento interferem diretamente na execução do programa.

Assim, a sustentabilidade do PNAE depende da coerência entre suas diretrizes e as condições materiais de implementação. O fortalecimento do programa requer planejamento integrado, financiamento compatível com seus objetivos, apoio à agricultura familiar, qualificação da gestão e monitoramento contínuo.

Como limitação, destaca-se que este trabalho constitui relato de experiência e não apresenta levantamento quantitativo de municípios, preços, cardápios ou indicadores nutricionais. Dessa forma, os achados não devem ser generalizados para todos os contextos. Estudos futuros podem aprofundar a análise por meio de indicadores de execução financeira, participação da agricultura familiar, composição dos cardápios, desperdício, sazonalidade e percepção dos atores envolvidos.

Conclui-se que o PNAE representa uma importante possibilidade de articulação entre segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade. A consolidação dessa perspectiva depende, contudo, da capacidade de transformar princípios institucionais em práticas viáveis, contínuas e adequadas às realidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação e nutrição. Brasília, DF: FNDE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/pnae-alimentacao-e-nutricao>. Acesso em: 22 set. 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Histórico do PNAE. Brasília, DF: FNDE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Acesso em: 22 set. 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota Técnica nº 1897361/2020: alterações dos aspectos da Agricultura Familiar da Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Brasília, DF: FNDE, 2020.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, DF: FNDE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 22 set. 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Brasília, DF: FNDE, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

MALUF, Renato Sérgio. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis: Vozes, 2007.

PEIXINHO, Albaneide Peixinho. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PINTO, et al. Compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: a situação do Rio Grande do Norte. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, número especial 2, 2022.

RODRIGUES, et al. Avaliação da Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica do fomento da agricultura familiar. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 28, n. 3, 2020.